



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº 06 AO CONTRATO N. 22/2018.

TERMO ADITIVO N. 06 AO CONTRATO N. 22/2018
(evento [0340789](#))

PROCESSO SEI N. [0001552-45.2017.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO N. 44/2018

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 22/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES EM PLATAFORMA BIM, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1010832 – TJ/RO e CPF nº. 001.875.388-40, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n. 15.110.739/0001-23, com sede na SCS quadra 01, Bloco G, Nº 30, Sala 1108, Parte B, Edifício Baracat - ASA SUL - Brasília/DF, CEP: 70.309-900, Telefone(s): (61) 3037-2281 / 98185-2563, E-mail(s): loliveira@eacegroup.com, neste ato representada pelo Senhor **LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG RNE V871147Q – Delemig e do CPF 702.506.901-95, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante na Decisão n. 209/2021GABPRES (evento 0739284), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I – **prorrogar o prazo de vigência** do Contrato n. 22/2018 (evento [0340789](#)) **por mais 131** (cento e trinta e um) **dias corridos**, a contar de 22/09/2021 e data final em 30/01/2022, sem ônus para o Contratante; e

II – **prorrogar o prazo de execução** do Contrato n. 22/2018 (evento [0340789](#)) **por mais 145** (cento e quarenta e cinco) **dias corridos**, a contar de 08/08/2021 e data final em 30/12/2021, sem ônus para o Contratante.

Subcláusula única – O histórico desta contratação consta no anexo I e deste instrumento.

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56 da Lei n. 8.666/93, a **CONTRATADA** **deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste instrumento, renovação da garantia contratual apresentada inicialmente**, observadas todas as condições, prazos, vigências e valores constantes no contrato inicial, com fulcro na Cláusula Sexta do Contrato originário e do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93, e na **CLÁUSULA QUARTA**, *caput* e Subcláusulas Terceira e Quarta, do Contrato originário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUINTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 21 de setembro de 2021.

Desembargador MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA Pelo Contratante	LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA Pela Contratada
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 06 AO CONTRATO N. 22/2018/TRE-RO**HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO****1. Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão em relação ao valor inicial do contrato já efetivados nesta contratação (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 22/2018 (assinado em 01/10/2018) – Volume VI do PA (evento 0340789). a) Prazo de Vigência de 255 dias corridos, a contar de 01/10/2018 até 13/06/2019; e b) Prazo de Execução de 165 dias corridos, a contar de 16/10/2018 até 30/03/2019. Valor inicial: R\$ 127.720,50	R\$ 127.720,50	-
1º Termo Aditivo (assinado em 13/06/2019) – Volume VII do PA (evento 0423885): a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 14/06/2019 até 10/12/2019), sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 31/03/2019 até 26/09/2019), sem ônus para o Contratante.	-	-
2º Termo Aditivo (assinado em 04/12/2019) – Volume VIII do PA (evento 0483952):	-	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 11/12/2019 até 07/06/2020), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 27/09/2019 até 24/03/2020), sem ônus para o Contratante.</p>		
<p>3º Termo Aditivo (assinado em 22/04/2020) – Volume IX do PA (evento 0526404):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 08/06/2020 até 04/12/2020), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 25/03/2020 até 20/09/2020), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>4º Termo Aditivo (assinado em 30/11/2020) – Volume X do PA (evento 0627949):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 180 dias corridos (a contar de 05/12/2020 até 02/06/2021), sem ônus para o Contratante; e</p> <p>b) Prorrogação do prazo de execução por mais 180 dias corridos (a contar 21/09/2020 até 19/03/2021), sem ônus para o Contratante.</p>	-	-
<p>5º Termo Aditivo (assinado em 02/06/2021) – Volume XII do PA (evento 0697746):</p> <p>a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 111 dias</p>	-	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

corridos, a contar de 03/06/2021 até 21/09/2021, sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogação do prazo de execução por mais 141 dias corridos, a contar 20/03/2021 até 07/08/2021), sem ônus para o Contratante.		
6º Termo Aditivo (assinado em __/09/2021) – Volume XIII do PA (evento 0740932): a) Prorrogação do prazo de vigência por mais 131 dias corridos, a contar de 22/09/2021 até 30/01/2022, sem ônus para o Contratante; e b) Prorrogação do prazo de execução por mais 145 dias corridos, a contar 08/08/2021 até 30/12/2021), sem ônus para o Contratante.	-	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO DESTA CONTRATAÇÃO PARA FINS DE EVENTUAIS CÔMPUTOS DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 127.720,50
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO, EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 21/09/2021, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUIS MIGUEL GOMES DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 22/09/2021, às 14:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 22/09/2021, às 14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 27/09/2021, às 07:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0740932** e o código CRC **3EFA82B6**.

0001552-45.2017.6.22.8000

PROCESSO: 0001552-45.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato Administrativo n. 022/2018 – Objeto: FISCALIZAÇÃO DE PROJETOS DE ARQUITETURA E COMPLEMENTARES EM PLATAFORMA BIM - Minuta de Termo Aditivo. Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 136 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo inaugurado para abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada em serviços técnicos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de engenharia para execução de fiscalização de projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM contratados pelo TRE-RO para construção da nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital.

02. Após regular procedimento licitatório, este Regional e a empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA. firmaram o Contrato 022/2018 ([0340789](#)), prorrogado sucessivamente, conforme os Termos Aditivos n. 1 ([0423885](#)), n. 2 ([0483952](#)), n. 3 ([0526404](#)), n. 4 ([0627949](#)) e n. 5 ([0697746](#)), no qual o termo final dos seus prazos de vigência e de execução foram extendidos para 21/09/2021 e 07/08/2021, respectivamente.

03. No evento [0732712](#), verifica-se que, em decorrência da proximidade da expiração do instrumento contratual, a unidade gestora (Seção de Manutenção Predial – SEMAP), por meio de e-mail, solicitou a manifestação da empresa contratada quanto a intenção de prorrogação do prazo de vigência do contrato citado por mais 99 (noventa e nove) dias e o de execução por mais 114 (cento e quatorze) dias. A qual, por sua vez, concordou com a dilação dos referidos prazos ([0732996](#)).

04. Conforme a Manifestação n. 20/2021 – PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0732999](#)), a SEMAP levou ao conhecimento do Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade que foi prorrogado o prazo de vigência do Contrato n. 27/2017 por mais 131 (cento e trinta e um) dias, com data final em 30/12/2021, bem como a prorrogação do prazo de execução do aludido contrato, por mais 146 (cento e quarenta e seis) dias, com data final em 30/11/2021, conforme Termo Aditivo n. 08/2021 ([0728446](#)). Aduziu que a contratada EACE está analisando os documentos da fase dos projetos executivos objeto do Contrato n. 27/2017, conforme a Notificação nº **20/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP** ([0724719](#)) e apontamentos já identificados no Relatório Técnico Avaliação Macro ([0728739](#)), além de apontamentos elencadas nas ATAS 10 e 11 constantes nos eventos ([0723684](#) e [0724554](#)). Alegou que diante da prorrogação dos prazos de vigência e execução da empresa projetista da nova sede do TRE-RO e Fórum Eleitoral da Capital e a iminência do esgotamento do prazo de vigência do contrato com EACE Engenheiros Associados Consultores em Engenharia LTDA, que auxilia a comissão de fiscalização devido ao reduzido quadro de profissionais técnico do Tribunal frente a complexidade do objeto do contrato com a Fox Engenharia Ltda., manifestou-se pela prorrogação da vigência e execução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Recebida a demanda pela Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC, o seu titular, considerando a Manifestação acima relatada, encaminhou os autos à SECONT para elaboração da minuta do termo aditivo e a esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico (Remessa 143 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC - [0734160](#)).

06. Em seguida a SECONT juntou aos autos a minuta do 6º Termo Aditivo ao Contrato n. 022/2018 ([0734482](#)). É o necessário relato.

II – ANÁLISE JURÍDICA

07. Conforme já registrado por esta unidade jurídica em outros processos, é pacífico o entendimento deste Órgão quanto à possibilidade de prorrogação de contratos administrativos em execução pelo prazo necessário para o cumprimento do objeto contratual. Nessa linha, conforme Manifestação n. 20/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0732999](#)), as prorrogações pretendidas são necessárias para a execução completa dos serviços remanescentes.

08. Por sua vez, além de pactuada expressamente na **Cláusula Quarta do Contrato Administrativo n. 022/2018**, a pretensão encontra abrigo no **inciso V, § 1º do art. 57 da Lei n. 8.666/93, *verbis*:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

[...]

§ 1º Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega **admitem** prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

I - alteração do projeto ou especificações, pela Administração;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III - interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da Administração;

IV - aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI - omissão ou atraso de providências a cargo da Administração, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis. (sem grifo no original).

09. Com relação ao prazo de execução, o § 1º do dispositivo acima traz a permissão para a sua dilação, basta apenas a comprovação da ocorrência de um dos motivos listados em seus incisos.

10. Enfatiza-se que a fiscalização contratada recai sobre os projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM elaborados pela empresa FOX ([0002397-77.2017.6.22.8000](#)), a qual assinou com este Tribunal o Contrato n. 027/2017 ([0254602](#)).

11. No caso em tela, o serviço não será concluído de acordo com o planejado, uma vez que há pendências na entrega dos projetos, o que reflete na fiscalização objeto do Contrato da EACE. Esta situação, portanto, enquadra-se na hipótese do **V, § 1º do dispositivo supracitado**.

12. Sobre o tema, o doutrinador Marçal Justen Filho, em seu livro *Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 15ª edição, página 841, aduz, *in verbis*:

A Lei dá tratamento autônomo, no inc. V, a uma modalidade peculiar de “força maior”. **Trata-se do fato ou ato de terceiro, impeditivo da execução do contrato.**

Ao aludir “ato” ou “fato”, a lei engloba tanto atuações voluntárias como as involuntárias. **Elimina-se, desse modo, a necessidade de investigar o elemento subjetivo** que informava o terceiro quando promoveu a ação ou omissão obstaculizadora. A referência “terceiro” indica o evento relacionado à atuação de um sujeito de direito.

Segundo a Lei, o impedimento deve ser “reconhecido pela Administração, em documento contemporâneo à sua ocorrência”. A intenção legislativa é evitar a fabricação artificial de impedimento que, na verdade, incorreram. (...) Por isso, o contratante deve comunicar à Administração o evento impeditivo, **tão logo ele se configure**. A Administração poderá comprovar, por si mesma, a efetiva ocorrência do impedimento. Observe-se que a elaboração de um “documento” é irrelevante. **O fundamental é a comprovação da ocorrência do impedimento e da relação de causalidade entre esse evento e a impossibilidade de cumprimento do prazo contratual**. Se a Administração confirma, através de sua atuação, a ocorrência do obstáculo impeditivo da execução da prestação, é irrelevante que produza (ou não) um documento. (sem grifo no original)

13. A veracidade dos fatos afirmados, que configura o nexo de causalidade entre o evento e a inviabilidade de atendimento do cronograma de execução estabelecido entre a Contratada e este Tribunal, bem como a contemporaneidade dos documentos, pode ser averiguada pela análise dos processos instaurados para registro e tramitação dos atos de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fiscalização e gestão do Contrato n° 27/2017: [0000011-40.2018.6.22.8000](#) e [0000274-72.2018.6.22.8000](#).

14. É importante mencionar que o § 5º do art. 79 da Lei n. 8.666/93 estabelece a devolução ao contratado do interim durante o qual não houve execução por força das situações descritas no § 1º do art. 57 da mesma lei. Evidenciando que o lapso temporal no qual a empresa não pode prestar seus serviços devem ser devolvidos para a conclusão do objeto contratado.

15. Ademais, estes óbices examinados estão razoavelmente justificados pelas informações prestadas pela unidade demandante quanto à necessidade de prorrogar a execução e a vigência do Contrato n. 022/2018.

16. Quanto à prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, verifica-se que há previsão contratual na Subcláusula Quarta da Cláusula Quarta ([0340789](#)) com fundamento no art. 57, art. 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e restou demonstrada a necessidade de sua dilação em razão da ampliação do prazo de execução.

17. O Contrato n. 022/2018 ([0340789](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Para assegurar a plena execução do contrato, com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a Contratada obriga-se a apresentar GARANTIA, na modalidade de caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

18. A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria do TRE/RO, após análise da viabilidade de Termo Aditivo com o objeto de prorrogação contratual – **Parecer CCIA n. 59/2011**, concluiu que: a garantia deverá ser igualmente complementada, para fins de adequação as novas datas do termo final do prazo de execução e vigência do contrato originário, devendo ser comprovada no bojo dos autos.

19. A Corte de Contas orienta no sentido de que: **“Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção”** (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário) (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n.8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário.** (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 - Plenário.** (sem grifo no original)

20. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar nova garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do Ajuste.

III – CONCLUSÃO

21. Nesses termos, considerando, sobretudo, a manifestação da SEMAP, esta unidade jurídica opina pela **prorrogação dos prazos de vigência e de execução do ajuste, por mais 131 (cento e trinta e um) dias e 145 (cento e quarenta e cinco) dias**, respectivamente, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª, do Contrato Administrativo n. 022/2018.

22. Quanto à minuta do **Sexto Termo Aditivo** juntada ([0734482](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Assim sendo, para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

23. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

24. Torno sem efeito o Parecer Jurídico 130/2021/AJDG ([0735252](#)) por erro material.

À consideração superior.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 15/09/2021, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0739056** e o código CRC **669F277E**.

0001552-45.2017.6.22.8000

PROCESSO: 0001552-45.2017.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Prorrogação Contratual.

DECISÃO Nº 209 / 2021 - PRES/GABPRES

Vistos.

Trata-se de processo administrativo, no qual, após regular licitação, foi efetivada a contratação da empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA., para a prestação de serviços técnicos de engenharia para execução de fiscalização de projetos de arquitetura e complementares em plataforma BIM, contratados pelo TRE-RO para construção da nova Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do novo Fórum Eleitoral da Capital, materializada no Contrato 22/2018 (evento [0340789](#)).

Na atual fase, vieram os autos a esta Presidência para conhecimento e deliberação acerca da prorrogação do prazo da vigência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratual proposta por este Tribunal, ante a iminência do término do prazo de vigência do contrato n. 22/2018 e a pendência de conclusão do seu objeto, o que foi aceito pela empresa contratada (eventos [0732712](#) e [0732996](#)).

Em sua manifestação, a SAOFC **posicionou-se favorável** à prorrogação do prazo de execução contratual **por mais 145 (cento e quarenta e cinco) dias** e do prazo de vigência **por mais 131 (cento e trinta e um) dias** (evento [0734157](#)).

No tocante à possibilidade jurídica, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral (AJDG) **opinou pela prorrogação pretendida, de mais 145 (cento e quarenta e cinco) dias do prazo de execução e mais 131 (cento e trinta e um) dias do prazo de vigência do ajuste**, com fundamento no artigo 57, I, § 1º, V, da Lei nº 8.666/93 e **Cláusula Quarta, Subcláusula 4ª**, do já citado instrumento contratual. Na oportunidade, também aprovou a minuta do Sexto Termo Aditivo, encartada no evento [0734482](#).

Prosseguindo o exame, verifica-se que a Diretoria-Geral (DG) também se inclinou **favorável** à prorrogação proposta, conforme evento [0739064](#).

Como dito preambularmente, vieram os autos a esta Presidência para análise e deliberação acerca de nova prorrogação do Contrato Administrativo n. 22/2018, pactuado entre este Tribunal e a empresa EACE ENGENHEIROS ASSOCIADOS CONSULTORES EM ENGENHARIA LTDA em 1º/10/2018 (evento [0340789](#)).

A situação atual do contrato e seus aditivos encontram-se sinteticamente demonstrada no quadro abaixo:

Contrato originário/ Aditivos	Prazos de vigência do contrato/execução
Contrato nº. 22/2018 (evento 0340789)	Prazo de vigência - 255 (duzentos e cinquenta e cinco) dias , contados a partir da assinatura do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Prazo de execução - 165 (cento e sessenta e cinco) dias , contados a partir do recebimento dos arquivos digitais ou, eventualmente, dos projetos físicos enviados pelo CONTRATANTE e do recebimento da ordem de serviço.
ADITIVO N. 1 (evento 0423885)	Prazo de vigência – 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 14/06/2019 e data final em 10/12/2019; Prazo de execução - 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 31/03/2019 e data final em 26/09/2019.
ADITIVO N. 2 (evento 0483952)	Prazo de vigência – 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 11/12/2019 e data final em 07/06/2020; Prazo de execução - 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 27/09/2019 e data final em 24/03/2020
ADITIVO N. 3 (evento 0526404)	Prazo de vigência – 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 08/06/2020 e data final em 04/12/2020; Prazo de execução - 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 25/03/2020 e data final em 20/09/2020.
ADITIVO N. 4 (evento 0627949)	Prazo de vigência – 180 (cento e oitenta) dias corridos , a contar de 05/12/2020 e data final em 02/06/2021;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Prazo de execução - 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar de 21/09/2020 e data final em 19/03/2021.
ADITIVO N. 5 (evento 0697746)	Prazo de vigência - 111 (cento e onze) dias corridos, a contar de 03/06/2021 e data final em 21/09/2021. Prazo de execução 141 (cento e quarenta e um) dias corridos, a contar de 20/03/2021 e data final em 07/08/2021.

Como bem asseverou a Diretoria-Geral em sua manifestação, esta prorrogação contratual é um reflexo do oitavo termo aditivo do Contrato n. 27/2017, firmado entre Tribunal e a empresa Fox Engenharia Ltda (evento [0728466](#)), que **prorrogou o prazo de vigência** do referido contrato por mais 131 (cento e trinta e um) dias corridos, **a contar de 22/08/2021 e data final em 30/12/2021**, bem como o **prazo de execução** por mais 146 (cento e quarenta e seis) dias corridos, **a contar de 08/07/2021 e data final em 30/11/2021**, uma vez que a empresa EACE Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda. é a responsável pela fiscalização dos projetos elaborados pela FOX em apoio à atuação da comissão de fiscalização.

Dessa forma, como bem pontuado pela Diretoria-Geral, torna-se necessário prorrogar também o contrato nº 22/2018 (evento [0340789](#)), que trata da fiscalização dos projetos a serem entregues pela FOX Engenharia, situação que se enquadra na hipótese do V, § 1º, do dispositivo supracitado.

Os prazos da atual prorrogação contratual, propostos pela SAOFC, podem ser assim sintetizados:

8º TERMO ADITIVO	
Prazo de vigência	Prazo de execução
Prorroga por mais 131 (cento e trinta e	Prorroga por mais 145 (cento e quarenta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

um) dias de 22/09/2021 e em 30/01/2022 , sem Contratante.	corridos , a contar data final ônus para o	e cinco) dias de 08/08/2021 e em 30/12/2021 , sem Contratante.	corridos , a contar data final ônus para o
--	---	---	---

Autorizada a prorrogação, como ressaltado pela SAOFC, os prazos das contratações das Empresas FOX ENGENHARIA e EACE Engenheiros Associados Consultores em Engenharia Ltda, ficarão da seguinte forma:

Empresa	Objeto	Prazo de vigência contratual	Prazo de Execução
Fox Engenharia	Elaboração de Projetos	30.12.2021	30.11.2021
EACE Engenharia	Fiscalização de Projetos	30.01.2022	30.12.2021

Pela proposta demonstrada no quadro acima, como destacado pela SAOFC, verifica-se haver uma sequência lógica e razoável entre as datas de entrega do objeto e as datas de fiscalização dessas entregas, que terá um espaçamento de 30 (trinta) dias.

Com estas considerações, acolhendo a Manifestação da SAOFC (evento [0734157](#)), o Parecer Jurídico da AJDG (evento [0739056](#)) e a Manifestação da DG (evento [0739064](#)), que passam a integrar esta decisão, e, ainda, verificada a necessidade e utilidade para esta Administração:

a) AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 22/2018 (evento [0340789](#)), por mais 131 (cento e trinta e um) dias corridos (a contar de 22/09/2021 e data final em 30/01/2022), e o de execução por mais 145 (cento e quarenta e cinco) dias corridos (a contar de 08/08/2021 e data final em 30/12/2021), sem ônus para este Tribunal,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mantidos os demais termos e condições pactuados, desde que haja comprovação prévia quanto à regularidade fiscal e trabalhista, com fundamento no art. 57, I, § 1º, V da Lei n. 8.666/93 e ainda Cláusula Quarta, Subcláusula 3ª do Contrato Originário; e

b) DETERMINO **a**
notificação da empresa contratada para renovação da
garantia contratual apresentada anteriormente, no prazo
máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do
aditivo contratual, observadas todas as condições, prazos e
valores constantes no contrato inicial, com fundamento no §
2º do art. 56 da Lei n. 8.666/93 c/c Cláusula Sexta do
Contrato Originário.

À Diretoria-Geral para ciência e acompanhamento.

Cumpra-se.

Porto Velho, 15 de setembro de 2021.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em 21/09/2021, às 16:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0739284** e o código CRC **78BAA406**.

0001552-45.2017.6.22.8000